
*O papel da universidade no “campo da história”:
o curso de Geografia e História da UPA/URGS
na década de 1940*

*Mara Cristina de Matos Rodrigues**

Resumo: O objeto deste trabalho é o processo de institucionalização da formação superior em História no Rio Grande do Sul, com base no curso da Universidade de Porto Alegre. Foram analisados o perfil institucional do curso de Geografia e História e os perfis profissionais dos seus primeiros docentes no momento inicial de sua implantação, em 1943, até a federalização da antiga URGS, em 1950. Para atender o principal objetivo deste trabalho, examinar a forma de inserção do curso de Geografia e História da UPA/URGS no campo da história no Rio Grande do Sul, foram utilizados os conceitos de “campo científico”, de Pierre Bourdieu e de “dominação burocrática”, de Max Weber.

Palavras-chave: história intelectual, história da educação, campo científico.

Este artigo resume os principais aspectos desenvolvidos na pesquisa sobre o processo de institucionalização da formação superior em História no Estado do Rio Grande do Sul, com base no caso da Universidade de Porto Alegre (UPA), que foi objeto de minha dissertação de mestrado (RODRIGUES,

* Mestre em História – Memorial do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul.

2002).¹ Será analisado o perfil institucional do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia da UPA, no momento inicial de sua estruturação e funcionamento – de 1943, ano de sua implantação até 1950, quando ocorreu a federalização da então chamada Universidade do Rio Grande do Sul (URGS). Da mesma forma, os perfis profissionais dos primeiros docentes desse curso, nesse mesmo período, serão examinados conforme os dados disponíveis nas fontes da Faculdade de Filosofia da UPA/URGS.²

O recorte temporal adotado, de 1943 até a federalização da universidade, em 1950, justifica-se devido às profundas mudanças implementadas com o fim da gestão estadual da universidade. No período enfocado, a universidade desfrutava de uma autonomia muito reduzida, estando muito mais sujeita às interferências do poder governamental e da influência dos setores católicos do que no momento posterior. A partir da federalização, as situações administrativa e financeira, principalmente, mudaram de forma substancial, influenciando na estrutura acadêmica da Faculdade de Filosofia. Dentre os aspectos mais perceptíveis dessa mudança estrutural destaca-se a regularização da situação de provisoriedade legal na contratação de seus professores e a abertura de novos espaços de sociabilização possibilitados pela construção da sede própria da Faculdade.

Para este estudo, foram consideradas mais adequadas, primeiramente, as concepções teóricas de Weber acerca da forma de dominação burocrática nas sociedades capitalistas. No processo de burocratização, verifica-se uma complexificação das instituições sociais, exigindo racionalização de procedimentos e práticas que tendem a valorizar um tipo de mérito profissional, menos vinculado aos poderes econômicos e políticos dos indivíduos, como critério de ascensão dentro dessa estrutura de poder. Além disso, Weber propõe que a racionalização burocrática carrega consigo um potencial revolucionário em relação a campos sociais onde é acentuada a valorização da tradição familiar e do exercício e proximidade dos poderes político e econômico. Ou seja, tende a alterar o predomínio dos *honoratiores*, em benefício de indivíduos recrutados para posições profissionais e de poder pelo critério do mérito científico e da competência profissional (WEBER, 1999). Pressupõe-se que o curso de Geografia e História seria uma instituição representativa dessa forma de dominação nos setores a ele relacionados, assumindo também um potencial revolucionário no campo da história local, no qual predominavam os *honoratiores* do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS).³

Em segundo lugar, e com maior importância, utilizaram-se neste trabalho as proposições de Pierre Bourdieu em relação ao “campo científico”. Segundo Bourdieu, os agentes coletivos e individuais deste campo de ação

social encontram-se em disputa pelo monopólio da autoridade científica e armam suas estratégias de atuação, além de emitirem seus pareceres tendo em vista a existência dessa disputa (BOURDIEU, 1994). Apesar de se poder capitalizar recursos importados de outros campos de ação social, como o político e o econômico, para o campo científico, as relações sociais desenvolvidas internamente a este campo não podem ser reduzidas aos mecanismos, recursos e estratégias dos outros campos (BOURDIEU, 2000). Nesse sentido, a proposição da existência de um campo científico da história no Rio Grande do Sul, significa que, mesmo se admitindo um grau reduzido de autonomia desse campo, se reconhece nele a existência de relações específicas não redutíveis às verificadas nos outros campos (político, econômico). O capital social dos *honoratiores* tende a necessitar de uma conversão, portanto, para as “moedas correntes” no contexto científico, tais como a competência profissional e o mérito intelectual e científico.

Em suma, tendo em vista o perfil institucional do curso de Geografia e História no seu período inicial, busca-se determinar seu papel enquanto agente coletivo de um campo científico, o da História no Rio Grande do Sul, em processo de institucionalização e especialização. Além disso, objetiva-se estabelecer as posições relativas ocupadas pelos docentes do curso nesse mesmo campo e período.

Desta forma, o objeto desta pesquisa está relacionado mais intimamente a uma investigação sobre a instituição de práticas e procedimentos da pesquisa em história do que à compreensão das concepções teóricas utilizadas neste campo. Estas seriam apreensíveis mediante o uso de outras metodologias, como a análise de conteúdo das produções intelectuais, que não foi realizada neste trabalho. Por outro lado, pressupõe-se que a análise das práticas sociais no campo científico são fundamentais para subsidiar as discussões epistemológicas. As disputas teóricas entre pesquisadores e entre instituições de pesquisa não se reduzem às disputas de poder existentes no respectivo campo científico, mas estas não podem ser negligenciadas e devem ser apreendidas e incorporadas à compreensão das questões epistemológicas.

O campo educacional local e o surgimento das Faculdades de Filosofia

Para se pensar os cursos de Geografia em História, que foram as primeiras unidades especializadas no ensino da História nas universidades locais, é necessário se referir às Faculdades de Filosofia, devido aos vínculos específicos entre ambos no período inicial de implantação dos cursos.⁴ Essas instituições são bastante desconhecidas pelas novas gerações de pesquisadores e não

representam objetos de estudo privilegiados na história do ensino superior, pelo menos no Rio Grande do Sul. Desta forma, se faz necessário compreender as relações estabelecidas entre a implantação da Faculdade de Filosofia, o contexto da nacionalização da educação via legislação de ensino superior e as disputas de diferentes agentes sociais no campo educacional local.⁵

Ao ser implantada, a Faculdade de Filosofia e seu curso de Geografia e História eram regulamentados por uma série de decretos federais e estaduais sobrepostos, já que faziam parte de uma universidade estadual.⁶ Sua estruturação assemelhava-se muito ao modelo federal, sem acréscimos e inovações, pois adequar-se a esta meta já era uma tarefa muito complexa não só para o Rio Grande do Sul, como para outras entidades públicas no Brasil. O caráter improvisado no qual se manteve a configuração administrativa e burocrática da Faculdade de Filosofia, durante o período analisado, demonstra que a universidade precisava fazer um esforço enorme para se adequar à lei federal que instituiu o “grandioso” projeto universitário no país (SCWARTZMAN, *et alli*, 1984, p. 204).

A Faculdade de Filosofia da UPA, com seu curso de Geografia e História, foi implantada no contexto da nacionalização da educação no Brasil, no qual se desenvolveram diferentes concepções dos fins desta instituição. A influência do grupo católico carioca junto aos ministros que elaboraram os decretos federais que a regulamentavam tornou-se um dos fatores que reforçaram a formação de professores como principal função da mesma. As funções cultural e de pesquisa, usualmente caracterizadas como atividades “desinteressadas”, defendidas pelos escolanovistas⁷ para as Faculdades de Filosofia, em oposição ao caráter profissionalizante dos cursos tradicionais (Medicina, Direito e Engenharia), foram também contempladas. Essas atividades “desinteressadas”, ao menos na letra da lei, constavam em pé de igualdade com a função formadora de professores.⁸ No entanto, outras iniciativas governamentais complementavam o quadro que resultou no fortalecimento dessa última função, sem que houvesse providências semelhantes para possibilitar a concretização das outras.

Entretanto, se os efeitos práticos da concepção escolanovista não se fizeram sentir nesse momento, prevalecendo a concepção católica e as necessidades governamentais que visavam ao uso da educação para fins corporativos e nacionalistas, mais tarde a situação se modificaria. O discurso escolanovista teve alguma eficácia, pois se perpetuou através da representação da Faculdade de Filosofia como essência do espírito universitário, verificando-se posteriormente em escritos e depoimentos de antigos administradores e professores. Assim, a Faculdade de Filosofia era representada como uma unidade da qual a universidade não podia prescindir, pois lhe conferia o “espírito”

propriamente universitário, chegando a ser considerada mais tarde como uma “miniuniversidade”.⁹

Através do confronto entre a análise das fontes da instituição e da bibliografia sobre o movimento Escola Nova no Rio Grande do Sul, verificou-se que neste estado parece ter ocorrido uma situação diferenciada em relação ao campo educacional no centro do país. As oposições que se estabeleceram em torno do ensino no Rio Grande do Sul, principalmente no ensino superior, parecem ter sido mais intensas entre “positivistas” e “católicos” do que entre “católicos” e escolanovistas, sendo difícil afirmar que tenha se constituído um *grupo* na defesa da Escola Nova. Apesar de não se ter como objetivo, neste trabalho, a proposição de uma interpretação mais conclusiva a esse respeito, a análise da bibliografia consultada sugere ser mais adequado propor que houve uma incorporação de idéias dos reformadores do centro do país, tanto pelos “positivistas” quanto pelos “católicos”, no meio educacional local.¹⁰

As disputas identificadas neste trabalho entre “positivistas” e “católicos” não são tomadas de maneira generalizada ou rígida. Vários autores já alertaram para a simplificação que é tradicionalmente feita em relação ao positivismo e aos positivistas brasileiros. A oposição entre essas idéias e posicionamentos não pode ser proposta em várias situações e muitos intelectuais circularam simultaneamente nos meios de predominância católica e positivista, sem muitos problemas. Além disso, não havia positivismo e tampouco catolicismo uniformes, que pudessem servir como classificações adequadas aos indivíduos e idéias atuantes no campo educacional. Entretanto, um dos tópicos que freqüentemente opunha essas idéias e forças, na sociedade local, era a laicidade do ensino. É baseada nesses pontos de maior fricção e no depoimento de personagens da época, exemplificados a seguir, que se utiliza aqui a oposição entre “católicos” e “positivistas”, sem se pretender aqui resolver o problema de uma classificação eficiente para os grupos de pressão atuantes na política local.¹¹

Nesse sentido, a criação e implantação de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras – que mudaram de nome para Faculdades de Filosofia, em 1939¹² – passaram a integrar uma estratégia mais global da “geração católica” na ocupação de espaços no interior da universidade.¹³ A este respeito, Francisco Machado Carrion, professor da Faculdade Católica de Filosofia e do curso de Geografia e História da UPA/URGS, declarou anos depois: “Quando ingressamos na Faculdade de Direito, o positivismo, que estava no governo do Estado, dominava as cátedras universitárias. E, com o devido respeito e admiração pelo positivismo [...]. Mas, filosoficamente éramos radicalmente contra” (CARRION, 1983, p. 688). Com o objetivo de conquistar cátedras e espaços de poder na universidade, os intelectuais da “geração católica” tomaram iniciativas desde a elaboração dos primeiros projetos para a estruturação da Faculdade de Filosofia da UPA. Já em 1934, lançaram um manifesto no qual

afirmavam ser nociva uma ruptura entre a orientação filosófica do ensino recebido pelos candidatos a professores secundários nas escolas secundárias e normais confessionais católicas, e aquele que receberiam na Faculdade de Filosofia. Desta forma, os intelectuais leigos, egressos de movimentos como as Associações de Professores Católicos, habilitavam-se como os mais preparados para a tarefa de formar professores secundários na Faculdade de Filosofia.

Neste contexto de disputas no campo educacional, diferenciadas do contexto nacional, é que foram implantadas as Faculdades de Filosofia geridas pelos irmãos Maristas, em 1940, e pela universidade estadual em 1942 e 1943. As divergências que redundaram na duplicidade de instituições se diluíram nos anos posteriores, quando o grupo católico logrou amplo espaço de poder na universidade estadual, principalmente na Faculdade de Filosofia.¹⁴

A Faculdade de Filosofia da UPA

Nos primeiros quatro anos de funcionamento a Faculdade, com seus onze cursos, era administrada diretamente pela reitoria e o Conselho Universitário. Apenas em 1945 e 1946 foram nomeados um secretário e um diretor, respectivamente, para executar as funções administrativas e de poder, na instituição. No entanto, em 1948, o diretor ainda se ressentia da carência de funcionários para as diferentes demandas da Faculdade, apontando a desproporção existente entre a precariedade da estrutura institucional e o grande número de cursos, alunos e tarefas vinculados à instituição (RODRIGUES, 2002, p. 80-81).

Apesar de a Faculdade estar regulada por uma série de decretos, o seu cumprimento integral nunca foi verificado no que diz respeito à constituição do quadro de pessoal, durante o período em que a universidade era administrada pelo governo estadual. Apenas após a federalização, a partir de 1950, é que a instituição pôde contar com um quadro de professores catedráticos efetivos e, conseqüentemente, com uma Congregação e um Conselho Técnico Administrativo (CTA), estruturas fundamentais na distribuição de tarefas, responsabilidades e poderes na instituição, que já existiam e funcionavam nos demais institutos universitários. Desta forma, ao contrário da Faculdade de Direito, da Escola de Engenharia e demais unidades da UPA, os docentes da Faculdade de Filosofia não podiam interferir em assuntos como contratação de substitutos e assistentes, elaboração de propostas de orçamento e direção dos assuntos didáticos dos diferentes cursos, evidenciando-se uma posição desprivilegiada da Faculdade em relação aos institutos mais antigos da Universidade.¹⁵ Entretanto, não se pode estender o desprestígio da instituição

aos seus docentes, pois muitos deles eram titulares de cátedras nas outras Faculdades da Universidade, exercendo aí a sua parcela de poder.¹⁶

A despeito das dificuldades materiais e do quadro precário e interino dos funcionários, a Faculdade de Filosofia passou por um processo de crescente complexificação estrutural, ampliando suas tarefas, suas relações institucionais dentro e fora da universidade. Esse processo acentuou-se a partir de 1946 com Álvaro Magalhães na diretoria da Faculdade, que empreendeu uma racionalização crescente nas atividades cotidianas da instituição. Isso pode ser verificado, por exemplo, no aumento da quantidade de registros escritos, como correspondências recebidas e enviadas, que evidencia a transição de uma estrutura baseada nas relações pessoais e na comunicação oral, para outra mais impessoal e burocratizada.

Esse processo de complexificação estrutural da Faculdade, entretanto, não pode ser maximizado a ponto de encobrir a gravidade da situação, causada pelos problemas materiais da universidade, oriundos muitas vezes das ingerências governamentais na sua gestão. Dificuldades como a falta de sede própria marcaram esse período inicial, influenciando fortemente o tipo de socialização desenvolvido na estrutura acadêmica vigente na Faculdade. Predominavam as relações desenvolvidas entre os docentes, e destes com as autoridades universitárias em meios alheios à instituição, dificultando a reversão das impressões anteriores e “externas” ao convívio profissional na universidade.

Além disso, as relações desenvolvidas tiveram um sentido mais vertical - entre diretores e chefes de departamento, catedráticos e assistentes, docentes e alunos - do que horizontal - entre os docentes, e entre os alunos dos diferentes cursos entre si - já que não havia espaço físico e eventos acadêmicos que proporcionassem encontros entre os pares. O sentido vertical das relações ainda era reforçado pela estrutura do sistema de cátedras,¹⁷ que conferia aos catedráticos um poder muito grande de decisão, tanto nos rumos a serem tomados pelas suas disciplinas, quanto sobre as atividades de seus subordinados, como se verifica nos depoimentos de professores que eram assistentes naquele período (RODRIGUES, 2002, p. 154).

Em relação à autonomia do trabalho na Faculdade de Filosofia, foi possível verificar a existência de duas ordens principais de interferência: do poder governamental estadual, seu gestor, e da orientação confessional católica.

Na década de 1930, o governo estadual tinha uma ingerência direta nos assuntos da universidade através do Secretário do Interior - a Secretaria de Educação e Saúde Pública (SESP), foi criada apenas em 1935 (BARBOSA, 1987, p. 79). Subseqüentemente passou-se a um período de maior poder, ainda que bastante limitado, ao Reitor e Conselho Universitário, na década de 1940. Essa limitação fica bastante evidente em pareceres emitidos pelo Conselho

Universitário quando o governo estadual tentava obrigar a universidade a incorporar o Instituto de Belas Artes. As autoridades universitárias se opuseram mais de uma vez a essa anexação, argumentando que não conseguiam sequer consolidar a implementação da Faculdade de Filosofia, conforme prescrevia a legislação federal.¹⁸ Posteriormente, no início da década de 1950, se assistiu um momento de contestações dos alunos e mobilização dos professores, aumentando suas influências na universidade, principalmente nos eventos referentes ao processo de federalização.¹⁹ A participação dos professores nas decisões da Faculdade, porém, somente seria ampliada com a constituição da Congregação e do Conselho Técnico e Administrativo, em 1956, que eram instâncias fundamentais, pela legislação vigente, na administração universitária. A autonomia em relação ao governo estadual, portanto, foi concedida e obtida gradualmente, verificando-se desde a década de 1930 até a de 1950 a evidente necessidade cada vez maior de negociação entre os diversos níveis da hierarquia acadêmica.²⁰

A interferência do poder confessional católico na Faculdade de Filosofia se verificava também através do poder governamental, mas também por outros mecanismos. Os principais objetos de barganha dos católicos em relação aos postos profissionais e de poder na hierarquia acadêmica eram obtidos pelo crescente espaço conquistado pela Igreja junto aos governos federal e estadual, conquistados graças ao controle e influência sobre um grande rebanho de eleitores e à acentuada e tradicional atuação no campo educacional, que os tornava credenciados a autoridades nesse meio. Se no poder estadual ainda havia muitos “positivistas” contrários a algumas diretrizes católicas no setor educacional, para se adequar o sistema de ensino estadual secundário e superior às exigências da lei nacional, no entanto, os primeiros eram obrigados a lançar mão do contingente especializado de profissionais formados nas instituições católicas.²¹ Ou seja, o quase monopólio de escolas confessionais católicas no Rio Grande do Sul no ensino secundário e a necessidade do governo getulista de utilizar a educação como um meio de veiculação e consolidação dos valores nacionalistas obrigou os políticos “positivistas” do estado a utilizarem-se da farta mão-de-obra católica no meio educacional.²² Portanto, quando uma articulação de leis federais instituiu a Faculdade de Filosofia como uma instituição voltada predominantemente para o ensino, com a pesquisa em segundo plano, os mais habilitados a conduzirem-na eram os católicos.

Docentes do curso de Geografia e História: critérios de recrutamento e perfis profissionais

A seguir serão apresentados os perfis profissionais e intelectuais dos docentes do curso de Geografia e História, informações referentes aos processos

seletivos anteriores da UPA, e alguns dados sobre a contratação de professores para a Faculdade de Filosofia. A análise combinada dos dados acima permitiu uma compreensão dos critérios utilizados no recrutamento dos docentes, bem como dos padrões e tendências decorrentes desse processo.

O corpo docente inicial da Faculdade de Filosofia e do curso de Geografia e História do ano de 1943, pela ausência de concursos, pôde contar com a presença de alguns intelectuais e políticos destacados no estado, que não chegaram a assumir as cátedras, mas que emprestaram seu prestígio à instituição que se estabelecia. Foram os casos de Coelho de Souza, que era o atual Secretário de Educação do RS; Moysés Vellinho, escritor, historiador e político de renome, Edgar Schneider, que além de ser o atual reitor da UPA, também era uma reconhecida liderança política local (RODRIGUES, 2002, p. 112-114).

No entanto, principalmente a partir de 1944, a seleção dos professores para o curso de Geografia e História – como talvez em outros cursos da Faculdade – foi pautada por alguns critérios já utilizados na universidade anteriormente. Estes se evidenciaram, por exemplo, nas discussões realizadas por autoridades universitárias em alguns documentos referentes a recursos contra processos seletivos realizados em outras unidades da universidade antes da implantação da Faculdade. A análise dessas fontes revelou que dentre os principais critérios utilizados no recrutamento de professores estavam a afinidade entre o título da formação superior do docente e disciplina que ele lecionaria, e a experiência didática prévia ao ingresso no corpo docente do curso.

A comparação entre os critérios usados anteriormente na universidade e os perfis dos docentes selecionados para o curso de Geografia e História, a partir de 1944, teve o objetivo de compreender os possíveis critérios utilizados no recrutamento dos docentes do curso, já que estes não eram explícitos e dependiam de como o reitor e o Conselho Universitário os concebiam. O que se verificou foi que, conforme a tradição intelectual nacional durante os anos 1930 e 1940, a formação em Direito era considerada a de maior afinidade com o ensino e estudo da História, pois foi a mais freqüente entre os docentes, em geral, e entre os catedráticos, que eram os postos mais destacados da hierarquia acadêmica. Mas o aspecto mais importante observado no recrutamento dos catedráticos foi a experiência didática prévia. Apesar de algumas exceções, a maioria dos professores já lecionava no curso similar da Faculdade Livre de Educação, Ciências e Letras (FLECL)²³, bem como de outros cursos da UPA, sendo que alguns poucos tinham experiência apenas no ensino secundário. Assim, a experiência didática prévia e especializada revelava-se a forma privilegiada de realizar a conversão de prestígio social e político em prestígio acadêmico, mais do que o título possuído. Esse critério reforçava as

reivindicações dos intelectuais católicos, expressas no referido Manifesto de 1934, de serem os mais preparados para gerir e lecionar na Faculdade de Filosofia.

Outros aspectos destacam-se pela inexpressividade de sua influência no recrutamento dos catedráticos e assistentes para o curso de Geografia e História. Poucos docentes pertenciam ao IHGRS, ou produziam pesquisas na área de atuação do curso dentre os selecionados. Em geral, o ingresso nos quadros do Instituto Histórico e Geográfico e o desenvolvimento de pesquisas em antropologia, folclore, geografia, história ou sociologia, se iniciava e intensificava após o início da carreira docente no curso de Geografia e História.

O padrão verificado nos perfis profissionais dos professores do curso durante todo o período foi a atuação diversificada entre o magistério superior, a magistratura, a advocacia e as funções administrativas nas instituições de ensino superior de Porto Alegre. Apesar disso, verificou-se a ocorrência de um perfil profissional e intelectual diferenciado dos demais, com características que passaram a vigorar em décadas posteriores dentre os docentes da universidade de maior especialização nas atividades voltadas para a pesquisa e o ensino da História, o de Dante de Laytano. Este docente de presença freqüente e continuada, tanto na pesquisa em História do Rio Grande do Sul quanto nos cursos superiores de História até período recente, já naquela época abandonou as ocupações profissionais e intelectuais mais próximas da área do Direito e passou a exercer atividades cada vez mais vinculadas a instituições especializadas em História, diferenciando-se nesse sentido dos demais docentes (RODRIGUES, 2002, p. 126-134).²⁴

A ênfase na formação de professores

O exame da correspondência recebida e expedida pela Faculdade de Filosofia permitiu a análise das relações estabelecidas entre a instituição e seus docentes com outras universidades, escolas, autoridades governamentais e instituições culturais em nível local e federal. Além disso se investigou de que tipo eram as atividades promovidas pela Faculdade - e pelo curso de Geografia e História -, como se conformavam as relações hierárquicas internas e em relação à universidade, e quais eram as estratégias utilizadas pela instituição e seus docentes nos contatos com outras instituições. Desta forma foi possível consolidar tanto o perfil institucional do curso de Geografia e História, estreitamente ligado ao da Faculdade de Filosofia, quanto os percursos profissionais e algumas estratégias de ascensão dos docentes dentro e fora da instituição. A análise das correspondências possibilitou também a apreensão de um processo de construção das finalidades da instituição no qual se

articularam as prescrições legais, os objetivos defendidos pela intelectualidade católica e as possibilidades de mercado profissional aos formandos egressos da instituição.

Além das correspondências que a Faculdade mantinha com diversas instituições, havia as correspondências trocadas com os próprios professores da instituição. Nessas comunicações tornou-se evidente o destaque de um docente, Lourenço Prunes, não apenas pela posição de chefe de departamento de Geografia e História, que ele ocupava, mas pela quantidade de correspondências da Faculdade que envolviam sua intermediação. Lourenço Prunes era catedrático em Geografia Humana e estabeleceu contatos com instituições especializadas em Geografia em âmbito nacional, bem como com palestrantes internacionais, contribuindo para que essa área fosse privilegiada no curso até pelo menos 1950. Assim como demonstra o exemplo de Prunes, outros contatos foram realizados pela instituição através das articulações estabelecidas pelos seus docentes em seus campos de atuação.

Após o fim da gestão de Álvaro Magalhães na direção da Faculdade, em 1949, começou a aparecer com mais frequência nas correspondências o nome de Dante de Laytano, catedrático de História do Brasil. O tempo em que Laytano permaneceu em segundo plano na instituição causa estranheza devido a sua reconhecida trajetória no campo da história já antes de ingressar no corpo docente do curso. Havia uma relativa contradição entre a posição ocupada por Laytano no campo da história e sua presença discreta no contexto da universidade estadual. Isso se verificou, por exemplo, no fato de que, desfrutando o folclore, nesse período, de um certo prestígio no campo da história e sendo Dante de Laytano um dos pesquisadores nessa área, seu nome não foi lembrado por Magalhães quando um grupo de professoras solicitou à Faculdade a criação da disciplina de folclore em seus programas (RODRIGUES, 2002, p. 166-167). Essa situação pode ter sido relacionada tanto ao posicionamento de Laytano, nem sempre alinhado ao da intelectualidade católica leiga, da qual fazia parte o diretor da Faculdade, quanto a uma estratégia do próprio docente, mais voltada para outros investimentos intelectuais ligados à sua atuação no Museu Júlio de Castilhos.²⁵ No entanto, a partir de 1950, suas iniciativas, como a proposição da criação de um museu de folclore, registradas nas correspondências, começam a aparecer e se pode visualizar o papel mais destacado que esse docente veio a representar na universidade, em períodos posteriores ao estudado (RODRIGUES, 2002, 173-174).

A preocupação da instituição com sua finalidade formadora de professores se verificou na maior parte das atividades promovidas pela Faculdade e ligadas ao curso de Geografia e História, bem como nos contatos estabelecidos com outras instituições. Dentre os exemplos mais frequentes estavam os cursos

de férias para professores secundários, que atingiam inclusive uma clientela dos estabelecimentos privados e públicos do interior do estado. Além disso, havia a promoção de palestras na área da Geografia e História para as quais eram emitidos convites endereçados às direções de colégios da capital. Mas a preocupação com o ensino era evidente na atenção especial dada às disciplinas de cunho didático ligadas aos diversos cursos da Faculdade. Exemplo disso foram o empenho do diretor em trazer um eminente professor católico do Rio de Janeiro para ser o catedrático de Didática Geral – que não se concretizou²⁶ – e a solicitação de programas de disciplinas voltadas para a formação pedagógica a instituições de renome como a USP e também ao responsável por convênios culturais com os Estados Unidos (RODRIGUES, 2002, p.168-171).

A ênfase na formação de professores foi sendo construída em diversas atividades e contatos como os que foram citados, mas há três correspondências, entre os anos de 1946 e 1948 que esclarecem muito a respeito do processo de construção da Faculdade de Filosofia, primordialmente como formadora de professores secundários. A análise desse processo permite verificar que não foi apenas a força das idéias católicas e suas posições-chave no poder da universidade que imprimiram o direcionamento da instituição para a ênfase no ensino, com a pesquisa em segundo plano.

Logo após assumir a direção da Faculdade, em 1946, Álvaro Magalhães investigava a aplicação prática e profissional dos diplomas expedidos pela instituição em correspondência a Lourenço Filho, escolanovista que era funcionário do Conselho Nacional de Ensino Superior. Este havia proposto o aproveitamento de diplomados na Faculdade de Filosofia em “determinados cargos e funções públicas, que por sua natureza exigem conhecimentos especializados dentro de certos setores da cultura ou da ciência, e para os quais estão naturalmente indicados os egressos dos citados estabelecimentos de ensino”. Magalhães questionava Lourenço Filho, pois queria entender quais seriam esses cargos a fim de orientar os jovens formandos na sua vida profissional. Não foi encontrada nos livros de correspondências recebidas da Faculdade a resposta de Lourenço Filho às dúvidas de Magalhães. Mas o que é importante destacar é que nesse momento inicial, a despeito de toda a preocupação dos intelectuais católicos com a formação de professores secundários nas Faculdades de Filosofia, Magalhães buscava também implementar os outros “fins” da instituição propostos pela legislação. Segundo suas próprias palavras, essas instituições deveriam “preparar cientistas e pesquisadores a cujo saber e atividade nos mais variados setores sociais estão diretamente vinculados ao progresso e engrandecimento do Brasil” (*Apud.*: RODRIGUES, 2002, p. 175)

Ainda na tentativa de encaminhar uma solução prática para as prescrições legais da Faculdade de Filosofia, Magalhães, em 1947, envia ao reitor da UPA – Armando Câmara, outro expoente do laicato intelectual católico – sugestões colhidas junto aos professores para a reestruturação da instituição a serem encaminhadas às autoridades educacionais. Nessa correspondência, o diretor explicitava que as diretrizes básicas da Faculdade estavam em processo de construção e enfrentavam dificuldades específicas na implementação dos objetivos “desinteressados”, que não visavam à profissionalização dos alunos egressos da instituição:

Esta, por ser uma instituição nova ainda, possui problemas vários cujo estudo, embora se tenha iniciado, ainda não se perfez, com a tranquilidade e o descortínio já conseguidos para o planejamento dos cursos de outras Faculdades e Escolas cuja tradição já sedimentada e cujas finalidades perfeitamente delimitadas, em função das artes liberais a que se propõem servir, forneceram o quadro mais consentâneo às funções que devem desempenhar por sua própria natureza (In: RODRIGUES, 2002, p. 176).

Portanto, a forma pela qual se executariam, na prática, os fins propostos pela legislação, ainda estava em discussão. Magalhães considerava que, devido às razões históricas da fundação das Faculdades de Filosofia, elas se destinavam a “servir essencialmente a duas finalidades específicas: 1. formar professores do curso secundário; 2. formar pesquisadores”. Ao analisar as finalidades que não seriam tão “essenciais” e “específicas” quanto as duas primeiras, evidenciava novamente as dificuldades de se atingir o ideal do desenvolvimento de uma “cultura desinteressada.” (Ib.)

A estas poderia se acrescentar uma terceira, que lamentavelmente ainda não está, ao que me consta, suficientemente afirmada ou difundida entre os interessados, para que apresente rendimento efetivo. Refiro-me à realização de cultura desinteressada por parte de pessoas atraídas naturalmente por determinados ramos do conhecimento humano, sem a intenção de lograr certificados ou diplomas, mas pela pura e louvável ambição de alargar seus horizontes e aprender simplesmente para saber (Ib.).

Nesse sentido é interessante tomar como contraponto a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, que foi idealizada com base na oposição à concepção das faculdades profissionais com o objetivo de “criar uma faculdade não-utilitária, não-prática e purgada ao máximo do caráter profissionalizante” (LIMONGI, 1989, p. 157). Segundo o testemunho de Fernando de Azevedo, “abertas as inscrições para os cursos na Faculdade de Filosofia verificou-se, com

decepção para muitos, ser insignificante o número de candidatos, inferior ao número de professores já contratados e por contratar no estrangeiro” (*Ib.*). A estratégia utilizada para aumentar o número de inscrições foi sensibilizar os professores normalistas que afluíam ao Instituto de Educação em busca de aperfeiçoamento e especialização, matriculando-os condicionalmente na FFCL, já que o curso Normal nem sempre equivalia ao curso secundário, como visto (*Ib.*). Desta forma, se mesmo a Faculdade na qual mais se enfatizava o caráter da cultura desinteressada no Brasil enfrentou dificuldades de encontrar interessados nesse tipo de produto que ela oferecia, não é de se estranhar que a terceira função permanecesse desatendida no Rio Grande do Sul. Devido ao processo menos aprofundado de industrialização, urbanização e complexificação social, as demandas culturais no estado não se encontravam especializadas ao ponto de que a formação sistemática, nos moldes acadêmicos, fosse uma exigência para os interessados em determinados ramos do conhecimento. A formação autodidata ainda se prestava a suprir esse tipo de necessidade.

No ano de 1948, Magalhães chegava a uma definição mais clara a respeito dos fins a que se destinava a Faculdade de Filosofia, assunto que vinha elaborando desde 1946, como visto. O diretor buscava: “dar maior amplitude e intensidade aos trabalhos do curso de didática, em vista da importância intrínseca de tal curso que constitui, por assim dizer, *a chave da abóbada do sistema educacional que a Faculdade representa*” (grifo meu). Para que isso se concretizasse, o diretor propunha que fossem:

multiplicados os relatórios de observação crítica do ensino, discutidos e analisados problemas especiais relacionados com o programa teórico e com a observação e prática do ensino, tudo no sentido de ir estabelecendo dentro da Faculdade uma tradição de autêntica *Escola Normal Superior* (*Apud.* RODRIGUES, 2002, p. 179, sublinhado no original).

Essas idéias escritas e grifadas pelo próprio Álvaro Magalhães esclarecem que a trajetória da Faculdade de Filosofia, apesar de algumas tentativas em se enquadrar também na finalidade do desenvolvimento da pesquisa, acabou por enfatizar a formação de professores secundários. Essa situação se construiu não apenas devido à orientação intelectual e confessional do diretor da Faculdade sendo reforçada pela ausência de outras iniciativas que contribuíssem para a criação de um mercado profissionalizado para a pesquisa, tal como aconteceria em anos posteriores.

Conclusão

A inserção do curso de Geografia e História no campo da história

As atividades e contatos realizados pela Faculdade de Filosofia, consideradas em conjunto com a discussão que se estabeleceu em relação às suas finalidades definidas pela legislação e à maneira de concretizá-las, possibilitou a apreensão do perfil institucional do curso de Geografia e História. A construção de uma concepção das finalidades e da execução das mesmas se estabeleceu através da articulação das prescrições legais, federais e estaduais, com a orientação confessional católica, influente na elaboração da legislação e na administração da instituição, e com as possibilidades profissionais do mercado de trabalho estadual. A legislação federal e estadual auxiliaram no sentido de normatizar a profissionalização do magistério secundário, estimulando a expansão da mesma através da criação da Faculdade de Filosofia e da exigência legal de seus títulos como habilitação necessária ao exercício do mesmo. Procedimento semelhante não foi adotado em relação à pesquisa em História, que somente foi impulsionada dentro das universidades nas décadas de 1960 e 70, no Brasil, novamente a partir de uma legislação que vinculou o ingresso no magistério superior à titulação obtida por meio da pesquisa realizada, principalmente nos cursos de pós-graduação. Portanto, foi através de um processo de construção condicionado pelas variáveis acima que as finalidades da Faculdade de Filosofia chegaram a ser definidas como a de uma “Escola Normal Superior”.

A formação para a pesquisa, portanto, tinha um papel secundário nas atividades do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia da UPA/URGS. No entanto, se o curso, enquanto instituição do campo da história não representou papel significativo para o desenvolvimento de pesquisas nesse momento, alguns de seus egressos, como Sérgio da Costa Franco e Carlos Galvão Krebs, se tornaram pesquisadores da área após uma formação básica mais acelerada que de seus predecessores. Através da padronização e da sistematização de conhecimentos proporcionada pelo curso de Geografia e História, seguramente não lhes foi necessário um tempo tão longo para formação na área quanto o que seria necessário à construção de um saber exclusivamente autodidata. Além disso, pela abertura de novas posições no mercado profissional do magistério superior a alguns autodidatas pesquisadores no campo, o curso proporcionou uma atuação profissional mais especializada em suas respectivas áreas – como nos casos de Dante de Laytano na História e Lourenço Prunes na Geografia. Apenas algumas bases foram lançadas nesse momento, portanto, para a modificação posterior de critérios e procedimentos

acadêmicos no campo da história: a padronização e sistematização de conhecimentos via burocratização do ensino superior e uma pequena ampliação no mercado profissional especializado aos interessados na área de História, que não dispunham de condições financeiras e sociais comparável aos honoratários para financiar suas pesquisas.

Sendo assim, ao longo do período abrangido neste trabalho, o curso de Geografia e História teve um papel muito discreto no campo da pesquisa em História, no Rio Grande do Sul, sem que se possa reconhecer indícios da racionalização “revolucionária” nos procedimentos e critérios acadêmicos que ocorreriam mais tarde. O IHGRS continuou inabalável na situação de instituição privilegiada e detentora do monopólio da competência científica nessa área, emitindo pareceres demandados pelas próprias autoridades educacionais no estado.²⁷ Nesse sentido, não pode se invocar sequer que o curso, enquanto instituição, tenha entrado em disputa com o IHGRS para adquirir alguma proeminência no campo da História, já que muitos dos docentes interessados em pesquisas afetas às áreas de atuação das duas instituições vieram a ingressar no Instituto após sua entrada no curso. Isso significa que, se o curso possibilitava uma atuação profissional mais especializada nas áreas de estudo que abrangia, não oferecia, porém, o estatuto de autoridade científica aos seus docentes/pesquisadores.

Quando se menciona neste trabalho uma “atuação profissional mais especializada”, não se intenta negligenciar o caráter precário da especialização dos conhecimentos abrangidos no curso que apresentava agrupadas as áreas de estudo da antropologia, com uma abordagem médico/biológico e evolucionista; da geografia, muito próxima em alguns enfoques da engenharia e astronomia; e da história, muito próxima também do folclore. A especialização referida diz respeito apenas às atividades profissionais e intelectuais dos docentes, consideradas individualmente. Situação semelhante, de precária especialização, pode ser verificada em relação ao IHGRS, no qual também se encontravam as mesmas áreas de conhecimento agrupadas. Além disso, observa-se que a abordagem da história por um significativo número de membros do IHGRS nessa época, ainda, tinha como marca a tradicional abordagem de historiadores locais de décadas anteriores que enfatizava a influência dos aspectos geográficos sobre as características da sociedade no Rio Grande do Sul. Também se verificava a ascensão dos estudos folclóricos no seio do IHGRS, aumentando ainda mais a variedade de campos de conhecimento agrupados na instituição e/ou nas abordagens da história.

No entanto, quando considerados os perfis intelectuais de muitos dos integrantes do IHGRS, o que se destaca é que aqueles que eram docentes do curso de Geografia e História tendiam a se afastar da produção e das atividades

relacionadas à literatura, ao contrário, pelo que tudo indica, dos demais pesquisadores em história. Se analisados em conjunto os docentes/pesquisadores e os demais historiadores do IHGRS, conforme as informações obtidas na bibliografia²⁸ a respeito dos mesmos, verifica-se que quase todos desenvolveram atividades literárias e jornalísticas no início da carreira, sendo que somente alguns continuaram a fazê-lo. Dentre os que abandonaram progressivamente a literatura enquanto uma atividade intelectual, seja na produção de obras literárias ou no exercício da crítica, estiveram os professores Laytano, Prunes e Rambo, no período abordado. Dentre os historiadores do Instituto que se mantiveram próximos da produção literária ou da crítica, podem ser citados Othelo Rosa, Moysés Vellinho, Guilhermino César, Mansueto Bernardi e Manoelitto de Ornellas.²⁹ Destaca-se, assim, que o curso de Geografia e História influenciou de alguma forma, o afastamento entre história e literatura no período analisado, provavelmente por contar, dentre seus membros, com um maior número de pesquisadores que necessitavam exercer atividades profissionais simultâneas, principalmente do magistério, optando pelo desenvolvimento da pesquisa em seu tempo livre.

Desta forma, é possível propor que dentre os desenvolvimentos verificados nesse período, que tiveram influência na pesquisa histórica que se desenvolveu posteriormente na universidade, estava já configurada a progressiva separação entre literatura e história e a aproximação entre história e ciências sociais. Esse movimento em direção às ciências sociais pode ter sido um dos fatores que impulsionaram mais tarde as modificações da pesquisa em história no Rio Grande do Sul a partir universidade.

As ciências sociais, além de trazerem do centro do país uma tradição em pesquisa diferenciada da realizada no campo da história no Rio Grande do Sul durante o período abordado, também teve um desenvolvimento diferenciado no estado, dentro da universidade, apesar de o curso de Ciências Sociais ter sido um dos últimos implementados dentre os previstos para a Faculdade de Filosofia. A área da Sociologia Rural, vinculada ainda ao curso de Economia e Administração, chegou a ter pós-graduação em nível de mestrado já em 1963, na UFRGS, através do Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE). Além disso, também eram realizadas pesquisas relacionadas à sociologia, através do Centro de Estudos Sociais (CES), vinculado à Faculdade de Filosofia da UFRGS, desde 1963 até a criação do primeiro pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), em 1972, o Mestrado em Sociologia e Política (LIEDKE FILHO e NEVES, 1997, p. 30; LEITE, 1993, p. 90). O IFCH, como se sabe, foi o sucessor da Faculdade de Filosofia da UFRGS e incluiu também o curso de História, do qual alguns egressos frequentaram o pós-graduação, até a instalação do primeiro mestrado em história do Rio Grande

do Sul, na década de 80, na PUCRS. A vinculação entre ciências sociais e pesquisa e sua influência local no curso de História e na pesquisa nesse campo, pode ser corroborada pelo caráter paradigmático assumido por algumas publicações oriundas de pesquisas realizadas no sul, como a do sociólogo da USP Fernando H. Cardoso, na década de 60. Foi a partir dessa e de outras influências, como a dos brasilianistas e a do próprio Jean Roche, que foram renovados os procedimentos e as teorias de pesquisa em história no Rio Grande do Sul, a partir da universidade, na década de 80, segundo Piccolo (1995, p. 47).

É necessário ressaltar que as diferenças e aproximações que foram propostas em relação às diferentes disciplinas e a história dizem respeito à especialização das áreas de conhecimento e da prática *intelectual*, já que para os professores analisados durante o período abordado por este trabalho, apesar de algumas exceções, não se pode falar de uma prática *profissional* especializada.

O quadro assim constituído indica que os docentes do curso de Geografia e História podem ter levado para o interior do IHGRS a progressiva separação entre a prática da produção literária e as áreas vinculadas ao curso, assim como a progressiva aproximação entre história e ciências sociais, com sua tradição de pesquisa diferenciada. As possíveis modificações nas concepções da pesquisa em história, no estado, em decorrência desses desenvolvimentos, no entanto, não se fizeram sentir nesse momento. Além disso, essas considerações não podem ser conclusivas, indicando um questionamento a ser desenvolvido complementarmente em relação à produção escrita dos docentes e pesquisadores que não foi a fonte privilegiada neste trabalho. Desta forma, espera-se estar contribuindo, através da abordagem diferenciada do campo da história, para o levantamento de questões pertinentes ao objeto, mas que necessitam, contudo, de uma investigação mais ampla do que a que foi possível realizar neste trabalho.

As considerações acima já carregam em si, propositadamente, um direcionamento diferenciado em relação ao ponto de abordagem do objeto da pesquisa no sentido de se encaminhar outra conclusão. Quando se referiu às prováveis conseqüências da atuação dos docentes do curso no IHGRS, já se embutiu nessa perspectiva a necessidade dos docentes buscarem uma instituição externa à universitária para a obtenção do prestígio científico. Assim, esse movimento dos docentes de dentro da universidade para o IHGRS demonstra que a primeira pode ter sido um caminho para se ingressar no segundo e não o contrário, como se verificou na investigação dos critérios e padrões do recrutamento do corpo docente do curso de Geografia e História.

Em meados da década de 1950, a situação de prestígio do IHGRS permanecia inalterada no campo da história, um meio no qual predominavam ainda os *honoratiros*. Sabe-se que nesse período a Faculdade de Filosofia promoveu uma série de conferências chamada “Fundamentos da Cultura Rio-

grandense”, para as quais foram convidados, como palestrantes, vários integrantes do IHGRS, assim como alguns professores dos cursos de Letras, Filosofia e Pedagogia da própria Faculdade. Dentre os docentes do curso de História que ministraram essas palestras estiveram Balduino Rambo, Lourenço Prunes e Dorival Schmitt. Os demais palestrantes de temas históricos eram membros do IHGRS, como Othelo Rosa, Moysés Vellinho, Edgar Schneider, Manoelito de Ornellas, Mansueto Bernardi, Darcy Azambuja. Os historiadores tradicionais eram reconhecidos, portanto, como autoridades legítimas em assuntos de história do Rio Grande do Sul, sendo que Dante de Laytano ficava de fora, mais uma vez, de um dos principais eventos promovidos pela instituição na qual lecionava e em cuja área de atuação era um dos mais especializados intelectuais.

Essa situação, portanto, confirma o reconhecimento pela própria universidade da autoridade e prestígio científicos do IHGRS, naquele momento. A ausência de Laytano nos *Fundamentos* pode ser evidência do acirramento das disputas desenvolvidas internamente ao instituto, na década de 1950, quando Laytano referia-se ao mesmo como “Instituto Othelo Rosa” (NEDEL, 1999, p. 235). Assim, é provável que nesse período, imediatamente posterior ao que foi estudado neste trabalho, as disputas internas ao IHGRS, que já ganhavam a imprensa e atingiam o Museu Júlio de Castilhos, ganhavam uma nova arena para seus combates: a universidade. É importante ressaltar o sentido no qual se dava o movimento das disputas: do IHGRS para as demais instituições do campo da história, dentre elas a Faculdade de Filosofia.

Desta forma, verifica-se que o curso de Geografia e História, logo após criado, não apresentava nem remotamente o papel que desempenharia posteriormente no campo da pesquisa em história que era, então, um meio cujos méritos assentavam-se ainda fortemente no capital social e nas relações de seus membros com o poder político e governamental do estado. A primeira causa que pode ser apontada nesse sentido é a ausência de uma normatização do mercado de trabalho dos pesquisadores tal qual foi realizada para o magistério secundário. Nesse sentido, o processo de burocratização efetuado a partir da estipulação de uma série de regras e finalidades de caráter racionalizante e impessoal a ser instituído em um campo de atuação intelectual e profissional não se estabeleceu na realização da pesquisa em história, no estado. Não houve exigência de um título específico obtido em condições padronizadas e sistematizadas para os indivíduos interessados no desenvolvimento de pesquisas, nem tampouco essa atividade foi considerada pré-requisito para a obtenção de um título profissionalizante, como atualmente se exige dos candidatos ao magistério superior.

Em suma, é importante retomar os projetos em disputa na definição das finalidades propostas para as Faculdades de Filosofia quando da elaboração da legislação do ensino superior no país, durante a década de trinta. Principalmente por inspiração da Associação Brasileira de Educação, propunha-se uma concepção dessas instituições em oposição ao ensino superior profissionalizante nos cursos das Faculdades tradicionais de Engenharia, Medicina e Direito (RODRIGUES, 2002, p. 19-23). Se em São Paulo a representação da Faculdade de Filosofia como oposta ao ensino profissionalizante contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa em ciências sociais dentro da universidade, no Rio Grande do Sul, no entanto, foi justamente a falta de profissionalização através da pesquisa aliada ao predomínio dos católicos que restringiu o papel desempenhado pelo curso de Geografia e História, nessa atividade. Assim, o estabelecimento de regras racionais e impessoais no sentido de favorecer a primazia do critério do mérito propriamente científico, em detrimento da valorização do capital social no campo da História, estava dificultado na década de 1940, pela representação da Faculdade de Filosofia como uma “Escola Normal Superior”. O problema não era a profissionalização, portanto, e sim o direcionamento quase único da instituição nesse sentido, condicionado pelas concepções de seus dirigentes, assim como pelas condições do mercado de trabalho local para a pesquisa em história.

A falta de um mercado profissional normatizado aos egressos do curso de Geografia e História no campo da pesquisa favoreceu a continuidade de uma estrutura elitista do recrutamento de pesquisadores, exclusivamente através de uma “academia ilustrada”. Esta incorporou os docentes/pesquisadores do curso de Geografia e História da década de quarenta e de períodos posteriores, não impedindo o avanço dos critérios do mérito propriamente científico no campo da história, mas sem o facilitar, nesse momento.

As conclusões a que se chegou neste trabalho, não poderiam exceder aos limites colocados pela própria teoria. Uma análise mais conclusiva de um campo científico demandaria a abordagem de conteúdo das produções escritas dos docentes, comparadas às produções dos demais pesquisadores e das posições relativas que ocupavam, além de demandarem igualmente a abrangência de um período maior de tempo. Se algumas questões puderam ser levantadas apontando desenvolvimentos posteriores ao período abordado, isso se deveu à possibilidade de incluir nesta pesquisa as análises feitas anteriormente por outros autores de reconhecido percurso intelectual.

Entretanto, se as conclusões deveriam ter um alcance limitado para se preservar a responsabilidade e os limites característicos de uma dissertação de mestrado, buscou-se, através da teoria, inovar o recorte do objeto através de uma configuração diferenciada na organização de informações já trabalhadas e

de outras inéditas. A formatação dessas informações conforme as proposições da teoria bourdiana do campo científico e de aspectos teóricos weberianos relativos ao processo de burocratização revelou-se a tarefa mais trabalhosa, que espera-se servir de base para interpretações mais amplas, futuramente.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Marlene M. *Introdução ao estudo da historiografia sul-riograndense: inovações e recorrências do discurso oficial. 1920-1935*. 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre.
- AXT, Gunter. *Gênese do Estado Burocrático-Burguês no Rio Grande do Sul (1889-1928)*. 2001. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo.
- _____. Contribuição ao debate historiográfico concernente ao nexos entre estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistas-borgistas. *Revista Métris: História e Cultura*. Caxias do Sul: Educus, 2001.
- BASTOS, Maria H. C. *O novo e o nacional em revista: a revista do ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)*. 1994. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo.
- BARBOSA, Maria C. S. *Estado novo e escola nova: práticas e políticas de educação no Rio Grande do Sul: 1937-1945*. 1987. Dissertação (Mestrado) – UFRGS-FACED, Porto Alegre.
- BARCELLOS, Daisy. Dante de Laytano e o folclore no Rio Grande do Sul. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, nov., p. 252-275, 1997.
- BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *O Brasil Republicano: História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995. p. 271-341. 4v. cap. VI.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. p. 122-155. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- _____. Sobre o poder simbólico: a gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: _____. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 7-15; 59-73.
- CARRION, Francisco Machado. Depoimento. In: *SIMPÓSIO SOBRE A REVOLUÇÃO DE 30*, 1983, Porto Alegre: ERUS. *Anais*, Porto Alegre, 1983.
- CARVALHO, José Murilo de. O positivismo brasileiro e a importação de idéias. In: GRAEBIN, Cleusa M. G.; LEAL, Elisabete (Orgs.). *Revisitando o positivismo*. Canoas: La Salle, 1998. p. 13-27.
- CARVALHO, Marta M. C. de. O território do consenso e a demarcação do perigo: política e memória do debate educacional dos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Memória intelectual da educação brasileira*. Bragança Paulista: EDUSE, 1999. p. 17-30.
- COMISSÃO 50 ANOS. “Abertura da solenidade comemorativa dos 50 anos de criação da Faculdade de Filosofia”. COMISSÃO 50 ANOS (Org.). *50 anos filosofia e ciências humanas: 1943-1993*. Porto Alegre: UFRGS, 1993. p. 13-20.
- DINIZ [DA SILVA], Pery Pinto. “Origem e evolução da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.” In: *Fundamentos da cultura*

- rio-grandense*. 4ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da URGs, 1960. p. 167-196.
- DINIZ DA SILVA, P. P.; SOARES, Mozart P. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 1934-1964*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A cátedra na Faculdade Nacional de Filosofia. *Educação Brasileira*. Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Brasília, Ano XII, n. 24, 1º sem. 1990. p. 77-100.
- FLORES, Moacyr. Historiografia de Dante de Laytano. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, v. XXVI, n. 1, julho, p. 7-22, 2000.
- FUNDAMENTOS DA CULTURA RIO-GRANDENSE. 1ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1954.
- _____. 2ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1957.
- _____. 3ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1958.
- _____. 4ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1960.
- _____. 5ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1962.
- GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Yvonne (Org.). *Ufrgs: identidade e memórias, 1934-1994*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- GUIMARÃES, Manoel L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS*. Porto Alegre: PUCRS, 1995. v. 1.
- ISAIA, Artur César. Laicato: organização e engajamento. In: ISAIA, A. C. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998. p. 113-143.
- LEWGOY, Bernardo; PRADO, Eduardo B. Notas para a história da antropologia no Rio Grande do Sul. (1940-1969). *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 239-251, 1997.
- LIEDCKE FILHO, E.; NEVES, Clarissa E. B. Experiências regionais de institucionalização do ensino e da pesquisa em sociologia: a experiência da UFRGS. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 8., 1997, Brasília.
- LIMA, Alceu Amoroso. *O espírito universitário*. Rio de Janeiro: Agir, Ensaios III, 1959.
- LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989. p. 111-187, v. 1.
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, IEL, 1978.
- MICELI, S. Por uma sociologia das ciências sociais. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989a. p. 5-19, v. 1.
- _____. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, S. (Org.). *História das Ciências Sociais No Brasil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989b, p. 72-110. v. 1.
- MOREIRA, Earle D. M.; HESSEL, Lothar F. *Faculdade de filosofia: 25 anos de atividade*. Porto Alegre: Ufrgs, 1967.
- MOREIRA, Earle D. Macarthy. Entrevista concedida à autora em junho de 2001.
- NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos*

- cinquenta. 1999. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro.
- NUNES, Clarice. “O Estado Novo e o debate educacional nos anos trinta.” In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Memória intelectual da educação brasileira*. Bragança Paulista: EDUSE, 1999. p. 33-46.
- PICCOLO, Helga I. L. Inauguração do Retrato do Prof. Ângelo Ricci. COMISSÃO 50 ANOS (Org.). *50 anos filosofia e ciências humanas: 1943-1993*. Porto Alegre: UFRGS, 1993. p. 95-98.
- _____. *Historiografia gaúcha: anos 90*. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, n. 3, maio de 1995. p. 43 -60.
- _____. Entrevista concedida à autora em setembro de 2001.
- REGNER, Anna Carolina Krebs Pereira. *IFCH: origens e trajetórias: da criação da Faculdade de Filosofia à década da Reforma Universitária*. Instituto de filosofia e ciências humanas – UFRGS, *50 anos*. Filosofia e Ciências Humanas. 1943-1993. Porto Alegre: Ufrgs, 1993.
- REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Legislação Federal do Ensino Superior*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939.
- REVISTA DA ACADEMIA RIO-GRANDENSE DE LETRAS. Porto Alegre: Epecê Gráfica, 1980.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, n. 122, p. 177-187. 1982.
- RODRIGUES, Mara C. M. *A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/URGS – 1943 a 1950*. Porto Alegre: Ufrgs, jan. 2002.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SCHMITZ, Pedro I. Balduino Rambo, S. J. e o começo da Antropologia na UFRGS. *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, ano 3, n. 7. p. 232-238. 1997.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, Rio de Janeiro: FINER, 1979. p. 163-214.
- SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda. *Tempos de capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: USP, 1984.
- SIMPÓSIO SOBRE A REVOLUÇÃO DE 30. Depoimentos 3: Novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 579-609.
- TRINDADE, Fernando Casses. Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS. *Revista do IFCH – UFRGS*, Porto Alegre: UFRGS, p. 39-53, 1982, Ano X.
- _____. A polêmica entre Érico Veríssimo e o Pe. Leonardo Fritzen, S. J. *Revista do IFCH – UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, p. 35-98. 1983/84, Ano XI/XII.
- WEBER, Max. Sociologia da dominação. In: WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Fundamentos da Sociologia Compreensiva, v. 2. Brasília: UnB, 1999, p. 187-233.
- WEBER, Regina. História do IFCH: fontes para pesquisas da instituição e seus intelectuais: Projeto de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS/NPH, outubro de 2000 (mimeo, 7 p.).

Notas

¹ As referências completas sobre as fontes primárias da Universidade de Porto Alegre e/ou Universidade do Rio Grande do Sul, utilizadas neste trabalho, encontram-se nesta dissertação, disponível na Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanas da UFRGS, no Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS e no Museu Universitário da UFRGS.

² As siglas UPA e URGS são utilizadas conforme o período a que se faz referência. As duas são antigas denominações da atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sendo que o primeiro nome foi usado até 1948, quando houve a incorporação de faculdades do interior do estado e o nome da universidade mudou para Universidade do Rio Grande do Sul (URGS). Ver Diniz [da Silva], P. P. (1960).

³ A presença do IHGRS na pesquisa em história no RS, nesse período, pode ser compreendida conforme a interpretação de Guimarães em relação ao IHGB no século XIX: uma “academia de tipo ilustrada” que realiza o recrutamento de seus membros fundamentalmente por via das relações sociais, sem vínculo privilegiado com a produção intelectual. (GUIMARÃES, 1988). Sobre a forma de recrutamento dos membros do IHGRS, ver Almeida (1983) e Gutfreind (1998).

⁴ A palavra local será utilizada aqui como sinônimo de Rio Grande do Sul.

⁵ Algumas publicações voltadas para a preservação da memória institucional das universidades locais e da Faculdade de Filosofia da UFRGS forneceram informações importantes para a sua contextualização: Diniz da Silva *et alli* (1992); João e Clemente (1995) e Moreira e Hessel (1967).

⁶ São eles os decretos federais da Reforma Campos (19851 e 19852, de 11 abr. de 1931)

que prescreviam a forma de organização da Universidade do Brasil, modelo para as demais instituições brasileiras que se reivindicassem universitárias, e o Decreto federal 1190, de 04 abr. 1939, que organizava a Faculdade Nacional de Filosofia. Além desses havia o Decreto estadual 1500, de 07 de jul. 1947, que regulamentou definitivamente a Faculdade de Filosofia da UPA, após alguns decretos estaduais provisórios.

⁷ O termo “escolanovista” foi utilizado neste trabalho para designar os adeptos e as idéias do Movimento Escola Nova, que teve lugar no setor educacional nacional na década de 1930. Sobre o assunto ver ROMANELLI (1999) e NUNES (1999).

⁸ Os fins da Faculdade de Filosofia eram: a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica; b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal; c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituam objeto de seu ensino. Art. 1º do decreto federal n. 1190, de 04 abr. 1939.

⁹ Na aula inaugural da Faculdade de Filosofia, o prof. Oscar Machado ressaltava a Faculdade de Filosofia como a essência do espírito universitário. (In: DINIZ DA SILVA, SOARES, 1992, p. 69). A palavra miniuniversidade foi utilizada em depoimentos mais atuais, como em Piccolo (1993) e Moreira (2001).

¹⁰ Sobre as disputas no meio educacional no centro do país, principalmente no ensino superior, ver, entre outros: Carvalho (1999), Nunes (1999), Schwartzman (1979), Schwartzman et al. (1984), Romanelli (1999). Sobre o movimento Escola Nova no Rio Grande do Sul, ver Bastos (1994), Barbosa (1987), e os depoimentos de Álvaro

Magalhães, Mozart Soares, Ary Tietböhl, Dante de Laytano e Isolda Paes (In: SIMPÓSIO...,1983).

¹¹ Ieda Gutfreind (1998, p. 118) confirma a existência de uma oposição entre positivistas e católicos, na década de 1950: “Embora o positivismo já estivesse, segundo diziam, ‘fora do sistema’, na verdade era sua força que se contrapunha à outra força que sempre se fizera presente e atuante - a Igreja católica, instituição com grande poder no Estado, mesmo durante o domínio do PRR, sob influência do castilhismo-borgismo”. Isaia (1998) também se refere a um confronto entre grupos identificados com o catolicismo e o positivismo, chamando a atenção para a inexistência de uma visão uniforme dentre a própria elite intelectual católica. Assim, também, Axt (2001) destaca a ineficácia da classificação de positivista para muitos políticos gaúchos na República Velha, período no qual tradicionalmente se identifica como de domínio positivista na política local.

¹² Decreto-federal n.1190, de 04 abril de 1939.

¹³ Sobre a “geração católica” e a ação dos leigos católicos na Faculdade de Filosofia, ver Trindade (1982 e 1984) e Isaia (1998).

¹⁴ Na década de 1940, destacados líderes católicos ocupam posições de poder na Universidade: em 1945 Armando Câmara assume a reitoria da UPA, nomeando Álvaro Magalhães como diretor da Faculdade de Filosofia, em 1946. Ambos permanecem até a renúncia de Câmara, em 1949.

¹⁵ As funções do CTA e das Congregações eram definidas pelos decretos referidos da Reforma Campos.

¹⁶ Ver perfis profissionais dos docentes do curso de Geogr. e Hist. em Rodrigues (2002, p. 121-162 e 194-206).

¹⁷ Sobre o sistema de cátedras, consultar os decretos que regulamentaram as Universidade

do Brasil (ou Universidade do Rio de Janeiro) e a Faculdade Nacional de Filosofia, que deveriam ser os modelos para suas congêneres no restante do país: Decreto-lei n. 19851, de 11 de abril de 1931; Decreto-lei n. 19852, de 11 de abril de 1931; Decreto-lei n. 1190, de 4 de abril de 1939. (In: REITORIA..., 1939). Ver também Fávero (1990).

¹⁸ Sobre as crises geradas entre governo e universidade devido às tentativas de incorporação do Instituto de Belas Artes, e os pareceres emitidos pelo Conselho Universitário sobre o assunto ver Rodrigues (2002, p. 86 a 88).

¹⁹ Os professores se mobilizavam para manter suas cátedras (RODRIGUES, 2002, p. 96-97) e os alunos fizeram uma greve contestando decisões do reitor Alexandre Rosa, no processo de Federalização, ocasionando a demissão do mesmo logo após (DINIZ DA SILVA, SOARES, 1992, p. 112-123).

²⁰ Até 1944, o secretário tinha maior poder que o reitor para nomeações de professores. Ver: Diniz da Silva e Soares (1992, p. 76-78); Rodrigues (2002, p. 81-88).

²¹ Ver o depoimento do leigo católico atuante Álvaro Magalhães, que relata o convite que lhe fez o secretário da educação, Othelo Rosa, de tradição intelectual e política positivista, para organizar o Colégio Universitário, cedendo à exigência da escolha dos professores pelo primeiro (SIMPÓSIO..., 1983, p. 591).

²² Ver nota 11 sobre a relativização necessária ao uso da oposição “positivistas” e “católicos”.

²³ A FLECL, que tinha um curso de Geografia e História, foi implantada em 1940 sob a União Sul Brasileira de Educação e Ensino (USBEE), administrada pelos irmãos Maristas em Porto Alegre, tornando-se posteriormente a Faculdade Católica de Filosofia, integrando a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) em 1948 (JOÃO e CLEMENTE, 1995).

²⁴ Sobre o perfil profissional e intelectual de Laytano ver: Barcellos (1997), Nedel (1999) e Flores (2000).

²⁵ Laytano teve um posicionamento ostensivamente contrário aos intelectuais católicos ao assinar o manifesto a favor de Érico Veríssimo, em 1943, na chamada “polêmica” desenvolvida entre o escritor e o padre Leonel Fritzen, desenvolvida através da imprensa, chegando aos tribunais. (TRINDADE, 1984.). Sobre a atuação de Laytano na área do folclore e no Museu Júlio de Castilhos, ver Barcellos (1997) e Nedel (1999).

²⁶ Magalhães se empenhou em trazer Everardo Backheuser, educador católico, provavelmente, na tentativa de contrapor um nome de “peso” ao de Oscar Machado, metodista que acabou assumindo a cátedra de Didática Geral, bem como de outros metodistas que predominavam no curso de Didática (RODRIGUES, 2002., p. 179).

²⁷ O parecer da Comissão de História do IHGRS que gerou a polêmica veiculada nos jornais entre platinistas e lusitanistas, em 1956, foi resultado de uma solicitação da própria Secretaria Estadual de Educação e Cultura ao

Instituto. O governo desejava uma opinião avalizada em relação à legitimidade da construção de um monumento ao bicentenário da morte de Sepé Tiaraju, solicitado por um major do exército (GUTFREIND, 1998, p. 109).

²⁸ As informações sobre as atividades intelectuais dos historiadores do IHGRS relacionadas com a produção e a crítica literária foram obtidas em Martins (1978) e Gutfreind (1998). A caracterização de alguns intelectuais como historiadores segue os critérios de seleção realizados por Gutfreind (ib.) e Almeida (1983).

²⁹ São exemplos da maior aproximação destes autores com a literatura, nas décadas de 1940 e 50: Othelo Rosa fazia parte da Academia Rio-Grandense de Letras, na década de 1940 (*Revista da Academia*, 1980), Moysés Vellinho dirigiu a revista *Província de São Pedro*, que tinha como objetivo principal a divulgação de artigos literários de autores locais, de 1945 até 1957; Guilhermino César e Manoelitto de Ornellas lecionaram no curso de Letras da UPA/URGS, mas não no de Geografia e História.

As referências completas sobre as fontes primárias da Universidade de Porto Alegre e/ou Universidade do Rio Grande do Sul, utilizadas neste trabalho, encontram-se nesta dissertação, disponível na Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanas da UFRGS, no Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS e no Museu Universitário da UFRGS.

² As siglas UPA e URGS são utilizadas conforme o período a que se faz referência. As duas são antigas denominações da atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sendo que o primeiro nome foi usado até 1948, quando houve a incorporação de faculdades do interior do estado e o nome da universidade mudou para Universidade do Rio Grande do Sul (URGS). Ver Diniz [da Silva], P. P. (1960).

³ A presença do IHGRS na pesquisa em história no RS, nesse período, pode ser compreendida conforme a interpretação de Guimarães em relação ao IHGB no século XIX: uma “academia de tipo ilustrada” que realiza o recrutamento de seus membros fundamentalmente por via das relações sociais, sem vínculo privilegiado com a produção intelectual. (GUIMARÃES, 1988). Sobre a forma de recrutamento dos membros do IHGRS, ver Almeida (1983) e Gutfreind (1998).

⁴ A palavra local será utilizada aqui como sinônimo de Rio Grande do Sul.

⁵ Algumas publicações voltadas para a preservação da memória institucional das universidades locais e da Faculdade de Filosofia da UFRGS forneceram informações importantes para a sua contextualização: Diniz da Silva *et alli* (1992); João e Clemente (1995) e Moreira e Hessel (1967).

⁶ São eles os decretos federais da Reforma Campos (19851 e 19852, de 11 abr. de 1931) que prescreviam a forma de organização da Universidade do Brasil, modelo para as demais instituições brasileiras que se reivindicassem universitárias, e o Decreto federal 1190, de 04 abr. 1939, que organizava a Faculdade Nacional de Filosofia. Além desses havia o Decreto estadual 1500, de 07 de jul. 1947, que regulamentou definitivamente a Faculdade de Filosofia da UPA, após alguns decretos estaduais provisórios.

⁷ O termo “escolanovista” foi utilizado neste trabalho para designar os adeptos e as idéias do Movimento Escola Nova, que teve lugar no setor educacional nacional na década de 1930. Sobre o assunto ver ROMANELLI (1999) e NUNES (1999).

⁸ Os fins da Faculdade de Filosofia eram: a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica; b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal; c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituam objeto de seu ensino. Art. 1º do decreto federal n. 1190, de 04 abr. 1939.

⁹ Na aula inaugural da Faculdade de Filosofia, o prof. Oscar Machado ressaltava a Faculdade de Filosofia como a essência do espírito universitário. (In: DINIZ DA SILVA, SOARES, 1992, p. 69). A palavra miniuniversidade foi utilizada em depoimentos mais atuais, como em Piccolo (1993) e Moreira (2001).

¹⁰ Sobre as disputas no meio educacional no centro do país, principalmente no ensino superior, ver, entre outros: Carvalho (1999), Nunes (1999), Schwartzman (1979), Schwartzman *et alli* (1984), Romanelli (1999). Sobre o movimento Escola Nova no Rio Grande do Sul, ver Bastos (1994), Barbosa (1987), e os depoimentos de Álvaro Magalhães, Mozart Soares, Ary Tietböhl, Dante de Laytano e Isolda Paes (In: SIMPÓSIO...,1983).

¹¹ Ieda Gutfreind (1998, p. 118) confirma a existência de uma oposição entre positivistas e católicos, na década de 1950: “Embora o positivismo já estivesse, segundo diziam, ‘fora do sistema’, na verdade era sua força que se contrapunha à outra força que sempre se fizera presente e atuante - a Igreja católica, instituição com grande poder no Estado, mesmo durante o domínio

